

ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria de registrar a presença do prefeito Paulo Franscescki, da cidade de Zortéa, acompanhado dos seus assessores, que está aqui nesta Assembleia Legislativa acompanhando a sessão neste momento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O primeiro orador inscrito é o sr. deputado João Amin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Queria cumprimentar o sr. presidente, Gelson Merisio, os deputados Antônio Aguiar, Cleiton Salvaro e Neodi Saretta.

(Passa a ler.)

"O que me traz à tribuna nesta manhã de quinta-feira, dia 19 de março, é que neste dia, em 1898, morria aquele que é considerado o príncipe do Simbolismo no Brasil, movimento literário da poesia, surgido no final do século XIX.

João da Cruz e Souza nasceu aqui, na Vila Nossa Senhora do Desterro, capital da Província de Santa Catarina. O ano corrente era 1861 e os pais eram escravos do Marechal Guilherme Xavier de Souza e dona Clarinda Fagundes Xavier de Souza. O casal não teve filhos e o marechal, ao morrer, deixa em testamento pequena quantidade de dinheiro e uma parte do solar onde morava, localizado no Largo da Maçonaria.

Pelas mãos de dona Clarinda passou a estudar no Ateneu Provincial, onde foi aluno de Fritz Müller - sábio reconhecido inclusive na Europa e amigo pessoal da Charles Darwin -, que chegou a prognosticar: 'És um grande talento e vais ser um homem ilustre no Brasil'.

Adolescente, fazia rimas juvenis às primeiras namoradas e o jovem materializou-se, deputado Natalino Lázare, poeta sob a luz de um lampião, ali na esquina da rua Conselheiro Mafra com a rua Trajano - naquele tempo rua do Príncipe com rua do Livramento, rua esta, deputado Gelson Merisio, onde iremos caminhar domingo à tarde, na Procissão do Senhor dos Passos.

Em 1883 o poeta deixa Desterro com a Companhia de Teatro Ismênia dos Santos, na condição de 'ponto', e vai para São Paulo, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Bahia. E é na Bahia, em 1884, aos 23 anos de idade, que profere o famoso discurso em favor da abolição.

Em 1885, com o amigo Virgílio Várzea, publicou o livro 'Tropos e Fantasias'. Em 1887 foi tentar a vida no Rio de Janeiro, mas pouco depois voltou sem sucesso. Nova tentativa em 1889, quando conseguiu emprego e passou a colaborar com jornais e revistas, tornando-se líder de uma geração para,

em seguida, ser alçado à condição de maior expressão do movimento Simbolista.

Lançou, em 1893, o livro 'Missal e Broquéis'; nesse mesmo ano casou com Gavita e foi nomeado arquivista na Central do Brasil.

Atingido pela tuberculose, buscou tratamento em Sítio, Minas Gerais, mas lá faleceu, em 19 de março de 1898. O corpo foi despachado para o Rio de Janeiro num vagão de trem para transporte de gado e enterrado no Cemitério de São Francisco Xavier. Ainda em 1898, após sua morte, foi publicado o livro 'Evocações'. Em 1900, saiu a coletânea 'Faróis'.

Gavita morreu em 1901, também de tuberculose, mal do qual acabaram morrendo os três filhos do casal. Em 1905, foi editado em Paris o livro 'Últimos Sonetos'. Na data de hoje completamos 116 anos do seu falecimento e, nesses mais de 100 anos, o poeta libertou-se dos conflitos terrenos, entre eles o preconceito e a agonia das doenças que lhe perseguiram ao longo da sua vida.

Já em 26 de novembro de 2007 seus restos mortais foram trasladados para Florianópolis onde permanecem depositados numa urna exposta no Museu Histórico de Santa Catarina, no Palácio Cruz e Souza.

Gostaria de terminar esse pronunciamento falando a primeira estrofe do poema que mais me chama a atenção: Velho vento vagabundo.

Velho vento vagabundo!  
No teu rosnar sonolento  
Leva ao longe este lamento,  
Além do escárnio do mundo."

Termino a minha fala também destacando que, hoje mesmo, encaminharei um pedido ao governador do estado de Santa Catarina para que seja feita a revitalização do espaço, que está em condições periclitantes, que é o seu mausoléu no Palácio Cruz e Souza.

Um bom dia a todos!  
Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham.

É uma satisfação poder, mais uma vez, ocupar esta tribuna, e hoje quero trazer, deputado Natalino Lázare, nosso presidente da comissão da Agricultura, um importante debate que fizemos ontem com a presença do secretário, em que esta comissão assume um papel importante na articulação entre Executivo, governo do Estado, representando a nossa comunidade catarinense.

Lá debatemos vários temas que são, com certeza, de grande importância para os nossos municípios, temas atuais, inclusive com a presença dos nossos prefeitos, vice-prefeitos, prefeitas, vereadores, lideranças municipais, que estão na Capital, nestes dias, participando do encontro da Fecam. São temas relacionados aos nossos municípios, ao desenvolvimento municipal, e nós estamos trazendo aqui um debate que vem, em apelo, dos nossos municípios, dos nossos prefeitos, prefeitas, que é o tema de uma ajuda do estado, a contribuição do estado, também, com os municípios, na questão da manutenção das estradas do interior.

Vemos aí, cada vez mais, os caminhões aumentando nas regiões da madeira, nas regiões do leite, regiões da suinocultura, da avicultura e de outras atividades, e os municípios, sozinhos, não conseguem mais dar conta. Então, sugerimos ao secretário Moacir Sopelsa que o estado crie um programa de apoio aos municípios, porque não é justo que os municípios assumam sozinhos esta responsabilidade, especialmente na área da madeira, onde não se industrializa no município, só se produz matéria-prima e o município fica com um resultado muito pequeno e fica com o prejuízo. Então, é justo que o estado ajude.

Outro tema importante, é que eu fiquei perplexo assistindo ao diretor da secretaria da Educação dizendo que a agricultura familiar não tem condições de entregar os produtos para alimentação escolar. Isso é uma vergonha para nós,

catarinenses, pessoas falando isso. De um dia para o outro, é verdade, os agricultores não estão preparados para entregar. Agora, temos a Epagri, a Cidasc, temos a secretaria da Agricultura, temos investimentos como Pronaf e tantos outros recursos que podem, sim, em pouco tempo, resolver isso. Então, o papel da secretaria da Agricultura e da Epagri é sentar e discutir isso, encaminhando urgente um programa para a agricultura familiar poder fornecer os 30% da alimentação.

Não dá para admitir isso! Então, ontem, fizemos esse apelo ao secretário também.

E outro tema é a questão do leite. Não é possível perder essa dimensão, essa capacidade, essa capilaridade que temos hoje na produção leiteira pelas pequenas propriedades. O estado precisa urgentemente construir um programa de estratégia pública. Não é possível estarmos nas mãos das multinacionais, que muitas vezes ainda pegam o dinheiro público do BNDES, do Banco do Brasil, excluindo as penas propriedades, cumprindo um papel, justamente ao contrário do estado, que é incluir as famílias, um papel social e não um papel de concentração em grandes propriedades.

Para esse produto, o leite, temos a maior urgência de construir uma estratégia pública. Precisamos usar nossos instrumentos, usando os espaços de pesquisas da Epagri. Esses lugares têm que ter um laboratório de experiência, de estudo, de extensão para os agricultores aprenderem com os técnicos e levarem às comunidades. A Epagri tem que assumir esse papel. Os nossos centros de pesquisas estão abandonados, precisam de investimentos para que a agricultura familiar possa usufruir desse capital, que é o nosso centro de pesquisa da Epagri.

Então, essas questões são fundamentais para pensarmos num projeto a longo prazo para o nosso estado.

Além disso, temos outros temas, como o da energia elétrica, que é um gargalo. E nós estamos aí preparando um projeto nesta área.

Então, a agricultura familiar faz um apelo para contribuirmos com essa estratégia.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Realmente a reunião no dia de ontem, com a presença do secretário de Agricultura foi muito produtiva. E o que achei produtivo foi o debate que estabeleceu e as ideias que v.exas. colocaram.

Esta Presidência da comissão, inclusive, na próxima semana, pretende elencar essas ideias que v.exa. está trazendo agora e fazer disso o nosso norte, o nosso documento, a nossa sugestão ao governo para exatamente trabalhar nessa direção. Inclusive essa Presidência está entrando em contato com a assessoria do governador para elencarmos isso tudo e levarmos como plano de trabalho, porque é um assunto extremamente relevante.

Quero cumprimentá-lo, porque também outros deputados da comissão apresentaram outras ideias que realmente vem ao encontro de um maior desenvolvimento da agricultura de Santa Catarina.

Por isso, a minha solidariedade, meus parabéns e vamos cerrar fileira, porque o setor produtivo é o mais importante alicerce de desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Com certeza vamos juntar forças para contribuir com esse setor tão importante do nosso estado.

Por último, gostaria de dizer que ontem acompanhava aqui algumas falas e um dos temas que me chamou a atenção foi o Fies - Financiamento da Educação Superior.

Tivemos algumas mudanças, sim, nesse programa, que eram necessárias. Nós estávamos simplesmente pagando com dinheiro público a educação, com vários problemas. Eu citaria dois aqui: as universidades aumentavam os valores a qualquer custo, não havia critério e para entrar nas universidades não tinha critérios claros.

Então, não é mudar a regra do jogo andando, essa mudança não é para os novos alunos, mas especialmente para as universidades não aumentarem

demais as mensalidades dos nossos alunos. Então, entendo que há de se criar critérios.

Outro tema que tratei ontem aqui, e reafirmo, é que podemos até ter um processo de crescimento do desemprego, mas isso não está certo hoje ainda. Anuncia-se há muito tempo, desde o ano passado, mas até agora, felizmente, não tivemos ainda o impacto da crise internacional.

Felizmente, o nosso emprego continua firme, com o mesmo número de trabalhadores empregados que nós tivemos no ano passado, com algumas oscilações normais, especialmente nesse primeiro período do ano.

Sendo assim, torcemos para que não tenhamos essa triste realidade que temos em outros países, como na Espanha, onde há mais de 20% de desempregados. Trabalhamos com a perspectiva de continuar gerando emprego, de continuar gerando o trabalho para os catarinenses, para os brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Inscrito o sr. deputado Jean Kuhlmann, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, não poderia de deixar de me manifestar no sentido de parabenizar todos os parlamentares que estiveram nas ruas no último final de semana, no último dia 15, demonstrando a indignação deste Brasil, não apenas com a questão político-partidária, mas acredito que foi uma manifestação muito maior com a atuação de toda a classe política brasileira, com a situação do nosso país como um todo, com a situação histórica que o Brasil vem vivenciando, um país que precisa de uma grande reforma tributária, de um grande pacto federativo - muito defendido pelo senador Luiz Henrique da Silveira -, de uma reforma política, um país onde as pessoas pagam impostos, mas querem o retorno. Quando pagamos algo que traz retorno, vale a pena; injusto é pagar e não receber de volta aquilo que se paga.

Por isso, o Brasil tem que, de uma vez por todas, fazer profundas mudanças. E aqui eu quero fazer uma reflexão: será que esse Congresso Nacional que foi eleito pela atual regra, pelo atual sistema, consegue votar reformas profundas? Será que não seria necessária uma Constituinte, em que você possa ter um congresso específico para votar as questões da reforma tributária, da reforma política, da reforma previdenciária, da reforma do sistema trabalhista, da reforma de vários aspectos que nesse país foram gerados benefícios, mas também muitos problemas com a Constituição? Será que não é uma Constituinte que vai, de uma vez por todas, mudar este país? Será que o atual congresso, depois do que a gente viu ontem, com a demissão de um ministro, um desrespeito total da classe política neste país vai mudar o nosso Brasil como os brasileiros querem?

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Esse é um tema muito profundo que precisamos enfrentar, e talvez a sociedade tenha dúvidas justamente por onde passa as necessidades. O importante é que o povo se manifeste, que o povo fale, que o povo vá para as ruas. Agora o desafio é por onde passa essas grandes transformações que o povo cobra. O que nós precisamos fazer? Precisamos nos desafiar a reconstruir este Brasil, neste novo momento.

V.Exa. fala muito bem e entendemos que a gente precisa convocar uma constituinte especial para fazer uma reforma política necessária no nosso país, porque entendemos que quem se elegeu com as atuais regras vai ser muito difícil querer mudar. Todos falam em reforma política, mas que reforma é essa, até onde vamos? Nós vamos retroagir a representação, de fato, o modelo político no Brasil, ou vamos avançar para ampliar a democracia? Sempre falamos na reforma tributária, por exemplo, mas sabemos que os estados ricos não querem perder, porque na reforma tributária

precisa haver um reequilíbrio. Ninguém quer perder!

Sobre a fala do ministro, tenho certeza que muitos brasileiros gostariam de falar o que ele falou, mas como ele estava numa posição de ministro, realmente não tinha mais condições de ficar lá e foi correto pedir demissão.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - No último domingo tivemos no Brasil mais de um milhão e meio de pessoas indo para as ruas. Mais de 40 cidades só em Santa Catarina. Em Blumenau, por exemplo, 40 mil pessoas; em Balneário Camboriú, aproximadamente 40 mil; em Florianópolis, 30 mil pessoas; no Brasil inteiro, mais de um milhão e meio de pessoas. E isso não é um ato simples, é um ato que tem que ser levado em consideração. Nós parlamentares temos que levar em consideração e entender o que a sociedade espera de nós, o que ela quer realmente de nós e qual a nossa postura. Mas espero que o Congresso Nacional crie vergonha na cara e possa, de uma vez por todas, votar as reformas, não que sejam melhores para quem está lá, mas que sejam as verdadeiras reformas para as próximas gerações corrigindo os erros cometidos pela Constituição de 88, mantendo os acertos. Mas corrigir aquilo que trouxe um encarecimento da estrutura pública, que faz com que o cidadão pague imposto e não tenha o retorno. Esse é o grande problema, eu acho que esse é o grande cerne de todas as reclamações. O povo está cansado de pagar e não receber pelo serviço que paga. Se recebesse, com certeza, não estaria na rua protestando. Espero realmente que agora, de uma vez por todas, o governo federal crie vergonha na cara, junto com o Congresso, e faça as grandes reformas. E espero que o povo continue fazendo essas manifestações de forma pacífica e ordeira.

Ontem, participei de uma reunião com o governador, que recebeu o ministro Kassab na casa da Agrônômica. Estavam reunidos vários secretários. O governador mostrou projetos, pediu apoio do governo federal e recursos para obras. Realmente o governador vem realizando realmente muitas obras no estado, prova disso é que, na

última segunda-feira, ele esteve em Itajaí assinado a ordem de serviço para a melhoria do porto de Itajaí, da bacia de evolução, uma obra de mais de R\$ 100 milhões. Trata-se de obra importante para a geração de empregos neste estado. E Santa Catarina foi líder nesse quesito no país nos últimos meses, ganhando em números absolutos até de São Paulo. Um estado pequeno como o nosso é líder nacional na geração de empregos. Isso mostra que Santa Catarina tem um governo diferente. Também tem erros e precisa corrigi-los, mas o governador Raimundo Colombo criou um grande pacote de investimentos através do Pacto por Santa Catarina, e isso com certeza vai mudar a história deste estado.

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Quero parabenizar v.exa. pela sua manifestação neste dia. Estivemos também, ontem, na reunião com o governador Raimundo Colombo, o ministro Kassab e toda equipe do governo e do ministério. Foi um dia muito produtivo para Santa Catarina. Teremos investimentos importantes na mobilidade urbana, principalmente aqui na capital do estado, na região de Blumenau, de Jaraguá do Sul. Foi apresentado um projeto para saneamento básico nos pequenos municípios, com até dez mil habitantes. É um projeto muito amplo e importante. Trata-se de uma parceria fundamental entre o governo do estado e o federal.

Temos certeza de que o ministro Kassab vai fazer uma grande gestão. É um ministro sensível às demandas nas ruas. Ontem, em sua manifestação no evento da Fecam, enalteceu o novo Pacto Federativo no Brasil, com a redistribuição dos recursos públicos fortalecendo os municípios.

Então, sem dúvida nenhuma, em Santa Catarina temos o apoio do ministro Kassab e do governo federal. E o estado está crescendo sob a liderança do governador Raimundo Colombo, que vem trazendo mais e mais investimentos, sem contar a geração de empregos. Podemos dizer que 30 mil novos empregos

foram gerados somente este ano, o que prova que estamos evoluindo.

Quero parabenizá-lo pela manifestação que faz.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Realmente a reunião de ontem foi muito produtiva. Fico feliz quando vejo um governador apresentando projetos, indo aos municípios, assinando ordens de serviço, tendo tempo para inaugurar obras, conseguindo fazer a ação de governo que o catarinense espera. Mas para que o governador Raimundo Colombo possa continuar esse trabalho, terá que fazer algumas reformas administrativas no seu governo, reduzindo os custos, os cargos comissionados, a despesa com o custeio da máquina pública. Se não fizer uma profunda reforma reduzindo, por exemplo, a estrutura das regionais, reduzindo uma quantidade de agências que existem no estado, ou seja, diminuindo o custo da máquina pública estadual não haverá dinheiro para garantir todos os investimentos que estão programados.

Parabéns governador e coragem para tomar as decisões que irão doer para a classe política, mas que agradarão ao povo que precisa de emprego e renda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado ao Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Bloco Social Progressista, formado pelo PP e PSDB.

Com a palavra o deputado Leonel Pavan, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, quero fazer aqui um registro.

Estamos ouvindo o clamor nas ruas em virtude das pessoas estarem desacreditas com o governo federal, mas começo a sentir também que algumas pessoas estão preocupadas com a situação do governo estadual. Há pouco me deparei com um grupo de pessoas que lamentavam a falta de atenção por parte de alguns setores do governo no que se

refere ao que os deputados reivindicam, àquilo que aqui é reclamado e aprovado.

Nós fizemos um discurso há poucos dias com relação à situação da rodovia Beto Carreiro e continua igual. Apenas pedimos que a rodovia fosse limpa, que o mato fosse roçado, que melhorassem a iluminação. Quando fui governador priorizava algumas obras. Aqui falamos, discutimos, deixamos o recado, mas esse não encontra eco no governo.

Então, queria pedir ao líder de governo para que alerte o secretário. Trata-se de pouca coisa, mas é de fundamental importância para o turismo e para a segurança da população da região. Inclusive ontem, infelizmente, ocorreu outro acidente naquela rodovia.

V.Exas., ontem, acompanharam pela televisão que o ministro da Educação esteve no Congresso Nacional para se explicar e foi muito agressivo. Ele ofendeu o presidente daquela Casa. O ministro da Educação deste país, que tem a obrigação de educar, orientar e projetar o futuro de estudantes adolescentes, fez publicamente ofensas, algumas até impubescíveis, aos parlamentares. O líder do PSDB na Câmara Federal disse: "Só há duas opções: ou o ministro se demite do cargo, ou a presidente Dilma o demite. Ou, então, os 400 deputados da base assumem que são o que o ministro disse."

O ministro da Educação da "pátria educadora", como diz a presidente Dilma Rousseff, não deu exemplo e, felizmente, se demitiu. Ele saiu da Câmara Federal dirigindo o próprio carro, por telefone pediu demissão e atendeu ao pedido do líder do PSDB na Câmara Federal. O Brasil está sem ministro da Educação.

A situação não está boa. Estamos nos deparando com a notícia de que R\$ 1,2 bilhão foram passados para 300 contas bancárias na Suíça. O governo suíço mandou investigar as contas em função do "Petrolão". Quero sugerir que esse dinheiro possa ser dirigido para a Educação. Ora, não deve voltar para a Petrobras! A Petrobras tem como se recuperar, tem seus percentuais de investimento.

É preciso que o governo brasileiro busque, resgate esse dinheiro e invista na Educação. E

também possa buscar um ministro da Educação mais educação.

Eu estive ontem, como vários parlamentares, representando esta Casa aqui no Centro de Eventos, onde a Fecam está realizando um encontro de grande importância e de reivindicações dos municípios, e ouvimos o ministro das Cidades, o sr. Gilberto Kassab, e ele não citou nenhuma vez a sua presidente. Ora, um ministro das Cidades que sai de Brasília, vem a Florianópolis para falar para 295 prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, assessores, parlamentares, governador, e em nenhum momento se refere à presidente Dilma Rousseff ou que ele iria cumprir alguns compromissos? Eu notei e fiz uma análise de seu discurso brilhante, animador, mas não sei por que o ministro não se referiu a sua presidente, apenas ao governo federal, mas citou Dilma Rousseff. Até os ministros estão com medo de se pronunciar.

Lá estavam pessoas sofredoras, prefeitos sofredores. Eu sou municipalista e sei das dificuldades que cada um, sabemos que eles querem resgatar o que lhes pertencem, porque eles produzem, trabalham. Os municípios é que geram os impostos para os estados e para a nação, mas infelizmente, o retorno não chega.

Quando vai um prefeito a Brasília tem que procurar um deputado da base aliada, que tem que beijar a mão do ministro ou da presidente. Eles pedem um Pacto Federativo, eles pedem uma reforma tributária e não há um. Acredito que nenhum de nós aqui, e com todos os deputados federais com que falei, com todos os senadores com que tive a oportunidade de conversar, sem exceção, querem uma reforma tributária, que não acontece. As coisas parecem que param e não é uma coisa nova não, isso é de tempo.

Eu quero aqui ser justo e dizer que isso também existia na era do Fernando Henrique Cardoso, porque Tancredo Neves já falava em 1980 que teríamos que ter uma reforma, um novo Pacto Federativo para que os estados e municípios fossem beneficiados, pois não adianta uma nação rica sobrando dinheiro e o povo pobre, as cidades

pobres, os prefeitos sem dinheiro, os estados sem dinheiro, isso foi passando, só que nesses últimos anos, especialmente esses oito anos para não dizer os 12, tornou-se um debate constante, um trabalho constante de assessores, de prefeitos, de deputados, de senadores, de governadores e não acontece. Existe alguma coisa que manda mais do que o desejo dos governantes, porque não é possível.

Eu queria, para finalizar, dizer que cada um aqui defende as suas regiões, falam o que entendem, uns defendem os partidos, a Oposição faz oposição, a Situação faz situação e defende o governo, mas muitas vezes usam essa tribuna e falamos com veemência, mas entendam que tudo isso é uma questão política em defesa do seu partido, da sua cartilha, dos seus parceiros, dos companheiros, mas muitas vezes usam a tribuna para que possamos debater e mostrar à sociedade de Santa Catarina que o Parlamento está atento aos interesses do estado e da nação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero cumprimentar o sr. presidente, os nobres colegas deputados e registrar, com muita alegria, a presença aqui no plenário do nosso secretário de estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, deputado Carlos Chiodini, que vem trabalhando com muita dedicação para fazer desta pasta aquilo que o povo espera, que é desenvolver o estado de Santa Catarina. Sabemos do seu talento, da sua capacidade intelectual e, a acima de tudo, da força de vontade que o referido deputado tem. Acredito que ele fará um excelente trabalho frente a essa pasta. Então, nos orgulha muito, a todos do PMDB, esse posto importante ocupado pelo deputado

Carlos Chiodini junto ao governo do estado de Santa Catarina.

Eu estava prestando atenção aos pronunciamentos dos deputados Leonel Pavan e Jean Kuhlmann, todos eles migrando para o momento que vivemos em nossa nação, no nosso país. Mas para que nós possamos dar uma resposta efetiva à população, ao povo brasileiro, não tem como o Brasil fugir das três grandes reformas que precisam se encontrar ao longo dessa discussão. Precisamos de uma reforma política, que precisa ser a primeira a ser enfrentada, pois de discursos a comunidade brasileira já está cansada, precisamos de ações efetivas.

Mas há o velho dilema - e aí eu vejo como é difícil fazermos essa reforma política -, aquela situação de que ninguém quer perder direitos, deputado Dirceu Dresch, e principalmente votar um projeto que venha em prejuízo ao seu *status quo*, ou seja, ninguém quer cortar na própria carne. E aí quem está não consegue fazer as mudanças que a reforma política, evidentemente, vai exigir. Assim, temos que pensar mesmo, quem sabe, numa alternativa para essa reforma, mas se analisarmos pela competência e pelo voto que foi deferido nas eleições do ano passado, todos que estão no Congresso Nacional têm essa competência e a obrigação de fazer essa reforma, o que precisa é ter vontade para fazê-la acontecer.

Além da reforma política, precisamos enfrentar aquilo que ouvi pela vez primeira em 2001, quando acompanhava, então, a caminhada do prefeito de Joinville, hoje senador da República e ex-governador do estado, sr. Luiz Henrique da Silveira, que é revermos o Pacto Federativo. Assim, de 2001 a 2015, treze anos depois, a conversa e o discurso começaram a ter eco em Brasília. Ontem ouvi atentamente ao pronunciamento do sr. Gilberto Kassab, ministro das Cidades, aqui no evento da Fecam e vejo que ele como um prefeito experiente também percebe essas dificuldades. Pensei que São Paulo, por ser uma cidade grande, não teria tamanhas dificuldades, já que arrecada muito, mas lá também tem as dificuldades porque o

dinheiro concentrado em Brasília é muito dinheiro, alegra os olhos de todos que cercam o governo, mas para quem está aqui na ponta, dando satisfação ao seu povo dia a dia, que é o vereador, o prefeito, o vice-prefeito, têm pouco dinheiro para realizar justamente o que o povo quer: uma saúde de qualidade; uma educação de qualidade; condições para deslocar sua produção; formas de incentivas para que os municípios possam, através de seus empresários, desenvolver ofertas de emprego; e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Então, o Pacto Federativo precisa ser revisto.

E outro item que eu julgo importantíssimo, e ontem ouvi a manifestação da nossa presidente da República e do ministro da Justiça, é enfrentarmos a corrupção. Só que nós não podemos enfrentá-la no susto, susto nós damos no filho quando ele está praticando uma arte, quando ameaçamos dar um castigo. Isso é um susto! E o que foi apresentado ontem como combate à corrupção foi um susto. Como se alguém dissesse: não cometa a corrupção senão vocês serão presos. Eu vejo que não é desta forma que vamos enfrentar a corrupção, temos que eliminar o princípio da corrupção, que é proibir por meios legais que o Brasil permita com que o ente público facilite ou propicie a corrupção, ou faça uso do momento em que está com o poder para facilitar a coisas e com isso obter algum benefício próprio ou alheio, de forma ilícita. É dessa forma que temos que enfrentar a corrupção. Também li manifestações da presidente de que a corrupção é uma senhora idosa, mas essa senhora idosa foi alimentada ao longo desse caminho, ela sozinha não chegou a esta situação.

Então, precisamos, neste momento, ter políticas que façam o revés dessa alimentação. Por que também vi uma senhora idosa ética, uma senhora idosa preocupada com a nação brasileira, uma senhora idosa que não caminha nos rumos da ilicitude. Que sentada acompanha momentos importantes em que administradores públicos - e não faz muito tempo, porque eu estou na vida pública desde o ano de 92 -, adquiriam, lá nos seus municípios, algo essencial para atender a sua

população através de propostas simples. E essas propostas simples no momento da confecção do contrato era um motivo de orgulho para o administrador, a ponto de chegarem a ir para a rádio, para os jornais dizendo: "Olha no mercado da minha cidade eu compro determinado item por tanto, mas aqui na prefeitura eu estou comprando mais barato." E aí veio o advento da lei de licitações. Com o objetivo de coibir todo e qualquer acerto no momento da compra de um bem, de um serviço, por parte do ente público. E essa lei na verdade deu só mais segurança para a corrupção no país, para institucionalizar a corrupção no Brasil.

E isso a gente percebe em todos os cantos da nossa federação. Quem domina o processo licitatório, quem sabe de todo o emaranhado de leis que cercam o momento, desde a publicação até a realização do contrato, quem lida com determinado serviço ou oferta de produto sabe como o mercado se comporta, quem são os fornecedores e de que forma o processo todo vai andar.

O administrador não tem liberdade nenhuma de questionamento. Liberdade nenhuma. Então, a lei de licitações é algo primeiro a ser enfrentado nesse país para que possamos eliminar esse processo de corrupção.

Temos que estudar novas fórmulas e este é o meio de enfrentarmos direto todo esse problema. Cada um assumindo os seus compromissos. Lá no município os vereadores, nós aqui deputados estaduais a nossa obrigação de também fiscalizar o estado de Santa Catarina e assim os vereadores os municípios. E de uma forma mais tranqüila e não institucionalizada como está hoje. Nós conseguirmos fazer com que o corrupto tenha vergonha de ser corrupto.

Hoje a gente percebe que é vergonhoso ser honesto em determinadas situações. Está sendo vergonhoso. Então, precisamos de uma legislação que faça com que os administradores tenham segurança no momento da compra, da aquisição, mas também temos que ter a segurança do povo lá de fora de que aquilo que está sendo feito, através

desse administrador, é algo compatível com aqueles preços e a forma como o mercado se comporta.

Essa liberdade nós precisamos ter para fazer com que esse processo seja transparente como hoje a mídia, como os meios de comunicação oferecem esses meios da transparência. Só que não adianta ser transparente ao tempo em que a burocracia trava o processo e faz com que aquilo que poderia ser barato custe caro, muito caro. Nós temos aqui no país as obras de rodovia mais caras do mundo. Isso vai do município à nação, porque todo mundo sabe que o processo licitatório permite com que as coisas aconteçam desse jeito.

Mas é um debate que nós precisamos evoluir. E o ano é este. O momento é este. Nós estamos iniciando um mandato e neste ano precisamos dar uma resposta à sociedade. E Brasília precisa despertar. Nossos colegas, deputados federais e senadores precisam despertar. O problema não é de um partido nem de outro, mas de todos nós. O problema é brasileiro e o brasileiro exige essa resposta da população.

Encaminhei, sr. presidente, a esta Casa, esta semana, uma moção que trata sobre os limites territoriais dos municípios de Santa Catarina. Em 2013 eu fiz um levantamento nos 295 municípios catarinenses, através das câmaras, das prefeituras, e até aquele momento, quando ocupava a função de presidente da Comissão de Constituição e Justiça, foram apresentados 48 problemas territoriais em municípios de Santa Catarina.

Nós temos uma legislação, de 2007, e que trata de assunto desta natureza, que diz em seu texto que a cada cinco anos o estado deverá fazer um processo de revisão desses limites entre os municípios para dirimir algumas dúvidas a partir do momento em que foram consolidadas essas divisas. E de lá até então não tivemos este trabalho sendo executado. Então tomei a iniciativa aqui pela assembleia de fazer esse levantamento e ofereci ao estado de Santa Catarina todos os problemas que tinha e a resposta que me veio foi no sentido de que precisamos fazer adaptações em Brasília.

Então, ontem apresentei a Moção n. 26.3 sugerindo que a Assembleia Legislativa encaminhe essa proposição ao Congresso Nacional no sentido de aprovar a legislação com o caráter estrito de fazer as retificações de limites territoriais, de municípios em razão de erro material ou formal de delimitação legal.

Nós temos uma legislação em Brasília que já foi votada, mas que acabou sendo vetada pela presidente. E nós precisamos que este assunto seja retomado para que assim possamos corrigir esses problemas que temos aqui em Santa Catarina. E acredito que esses problemas territoriais também acontecem em outros estados da federação.

Somente para citar um exemplo muito típico de uma comunidade no interior do município de Arabutã, mais precisamente Linha Jundiáí e Linha Capitão, das quais o colega deputado Neodi Saretta conhece bem. Essas comunidades têm todas as suas raízes no município de Arabutã. Elas ajudaram a construir o hospital, ajudaram a construir a grande escola, convivem diuturnamente com as atividades de Arabutã, porém, no momento da formatação das divisas entre Arabutã e Ipumirim, acabaram pertencendo ao município de Ipumirim. Mas a sociedade, todos os moradores daquela comunidade, querem pertencer a Arabutã e nós não conseguimos fazer com que isso aconteça, corrigir essa distorção.

São laços de sangue, históricos, de colonização daquela comunidade com o município de Arabutã. Nada mais justo que a gente fizesse um projeto de lei aqui na casa para corrigir esse problema. Nada mais justo. Porém, vamos incorrer no vício de origem, porque a competência é do governo do estado de Santa Catarina que hoje encontra dificuldades em virtude dessa normativa federal.

Mas temos que trabalhar nesse sentido. Por isso, encaminhei uma moção e peço a todos os colegas que a subscrevam, pois ela deve ser submetida à apreciação na manhã de hoje para que a gente consiga evoluir nessa questão. Não é justo que as pessoas vivam num local e não se sintam à

vontade, não se sintam bem, não consigam partilhar da comunidade sabendo que tudo o que elas produzem neste município de riquezas não podem usufruir, e que é o município vizinho que recebe as vantagens das quais têm as suas raízes, a sua história. Não é justo que o recurso das suas riquezas vá para o município onde, delimitadamente, pertence a sua comunidade.

Então precisamos fazer essas alterações, corrigir estas distorções que nós temos em Santa Catarina, porque como frisei, são 48 municípios aqui em Santa Catarina que tem problemas de divisa. E alguns problemas são bem simples de se resolver, mas por causa dessas restrições legais nós não conseguimos evoluir dentro desse processo, mas é algo que precisamos também dar uma resposta e compete a nós encontrarmos as alternativas para corrigir esse problema.

Seria isso sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Peço a palavra, pela ordem sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gabriel Ribeiro.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Nós estamos fazendo uma referência aqui aos vereadores de Capão Alto que estão presentes aqui no plenário. Vereador Junior Vieira, Nelson Lima, Cláudio Correa, Paulo Vieira, ao comandante da Polícia Ambiental de Lages, capitão Rambusch; e vereadores de Campo Belo, Ademir Martins; Claudinei da Silva, Denise Borges, e a servidora municipal Fátima Soldatti.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Bem-vinda a comitiva a este Parlamento!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até oito minutos deputado.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, prefeito Paulo, de Zortéa, já o saudamos anteriormente, demais lideranças, prefeitos e vereadores que estão aqui, alguns prefeitos e vereadores que estão em audiência aqui na casa, alguns também estão concomitantemente participando dos eventos promovidos pela Federação Catarinense dos Municípios que debatem assuntos de interesse das cidades, assuntos importantes em relação às questões que envolvem as comunidades municipais, as relações com o estado e com a União e, portanto, cumprimos todos os participantes do evento.

Queria, sr. presidente, aproveitar esta manhã para me referir a uma ação que está acontecendo agora, especialmente neste mês: a vacinação contra o HPV, o papilomavírus humano em meninas.

Nós já falamos sobre isso em outros anos, inclusive no ano passado destacamos esta campanha, inclusive em relação à participação das escolas também, que tem um processo fundamental nisso, de lembrar dessa campanha importante. Embora a vacina possa estar disponível durante todo o ano, mas neste ano, neste mês há esta campanha intensa na vacina fornecida pelo Sistema Único de Saúde gratuitamente. Lembrando que na rede particular uma vacina dessa está na faixa, deputada Ana Paula, de R\$ 400,00. Então, é a oportunidade das meninas de nove a treze anos de receberem essa vacina.

Lembrando que este ano tivemos uma mudança na faixa etária para o recebimento da vacina, que passou de 11 para nove anos a 13 anos, além disso, foi ampliado às mulheres de nove anos a 26 anos que vivem com o HIV, para isso as portadoras do HIV devem apresentar em qualquer posto uma declaração médica para ter acesso à vacina gratuita.

A meta segundo dados da Divisão Epidemiológica de Santa Catarina é vacinar 80% das meninas que compõem o público alvo dessa campanha.

A campanha da vacinação do HPV ocorre em três etapas: a primeira dose disponível nos postos de saúde e nas escolas catarinenses é para meninas entre nove e 13 anos; a segunda dose é administrada seis meses após a primeira; e a terceira dose é aplicada cinco anos após a primeira.

É importante lembrar que o HPV é uma das causas mais frequentes do câncer do colo de útero e que o número de mortes da doença no país aumentou 28% em dez anos. Nós podemos com essa campanha de vacinação ter a primeira geração de meninas e mulheres livres desse mal e dessa ameaça.

E quero dizer que se fala tanto em saúde nesta tribuna, temos discursos frequentes a respeito da saúde, é importante trabalhar com afinco nessas campanhas de vacinação e prevenção. Eu lembro, prefeito Paulo, que numa ocasião, na condição de prefeito, indiquei uma secretária de Saúde e no dia que ela veio conversar sobre as suas missões eu dei a ela um papel por escrito com três metas e uma dessas eram as campanhas de vacinação sobre a prevenção de doenças, que fossem feitas com afinco, porque se tratava exatamente da prevenção. E quero dizer, para completar essa história com a secretária, que quando encerramos o mandato eu recebi de volta aquele pequeno papel que havia entregado a ela com as assinaturas de toda a equipe da secretaria da Saúde, com um anexo dos resultados que aquilo havia promovido.

Por isso, quero ressaltar a importância das campanhas de prevenção. Precisamos mais recursos para a saúde, mais dinheiro, mais obras, mas precisamos também de mais prevenção.

E essas campanhas aí estão, como a campanha da vacina do HPV, deputado Leonel Pavan, levando essa vacina para as meninas, de forma gratuita, que elas possam participar dessa campanha. E os dados fornecidos pelos especialistas demonstram que a vacina é segura. Também faço o apelo para que as escolas participem ativamente da campanha, que nenhuma escola deixe de participar desta campanha, que ajudem, deputado Maurício Eskudlark, porque

realmente é uma campanha importante, e todas as meninas terão a oportunidade de receber a vacina gratuitamente, que com certeza vai ajudar a prevenir um mal que já acomete muita gente.

E quero lembrar um dado que foi divulgado e está no Atlas da Mortalidade por Câncer no Brasil, é uma publicação do ministério da Saúde, sendo que o número de mortes pela doença de câncer no país nos últimos dez anos aumentou 28%, passando de 4.191 mil óbitos em 2002 para 5.200 mil óbitos em 2012.

Então, temos agora essa campanha da vacinação do HPV e queremos destacar isso, enaltecer essa ação do ministério da Saúde junto com a secretaria de estado da Saúde e as secretarias municipais de Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao Democratas.

(Pausa)

(Pausa)

Na ausência de parlamentares do Bloco Frente Renovação, está encerrado o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0274/2014.

Também comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0222/2011.

Comunica, ainda, que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0387/2014.

Comunica, outrossim, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0703/2014.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0006/2015.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0006/2015.

Não há emendas há redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0259/2014.

Não há emendas há redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0140/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0147/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0148/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro.

Moção n. 0027/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado, apelando pela garantia da continuidade de todos os atendimentos no Hospital São José, no município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0062/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca das obras de manutenção da Rodovia SC-414-II, conhecida como TransBeto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos às Explicações Pessoais.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, quero apenas registrar que hoje estamos comemorando os 265 anos de emancipação do município de São José, nosso vizinho. O município traz uma marca importante e está em pleno desenvolvimento. E eu, como deputado estadual mais votado daquela cidade, sabedor da importância da data, cumprimento todos os moradores de São José, a prefeita municipal e aos vereadores, na certeza de que é um município que orgulha todos nós catarinenses.

Ato contínuo, na próxima segunda-feira, esta Casa sediará a sessão solene da Câmara Municipal em comemoração os 289 da nossa capital, Florianópolis, ocorrido no dia 23 de março.

Então, é uma comemoração dupla, pois são duas cidades coirmãs e que poucos conhecem as divisas geográficas, que trabalham de maneira conjunta e será uma comemoração para toda população, pois poderemos refletir sobre o que desejamos melhorar, desenvolver e que o exemplo do povo de Florianópolis que escolheu esta cidade para nascer e viver e da mesma forma de São José, sirva de estímulo para trabalharmos o desenvolvimento dessas cidades garantindo esse paraíso que aqui vivemos e o orgulho de termos nascido e morarmos em Florianópolis e em São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Esta Casa também cumprimenta todos os moradores de São José, bem como suas lideranças. É uma das cidades mais importantes de Santa Catarina.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ontem alguns médicos foram ao encontro de entidades médicas de Santa Catarina aqui em Florianópolis e ouvimos as solicitações dos presidentes do Conselho Regional de Medicina, do Sindicato dos Médicos e da Associação Catarinense de Medicina.

Esta foi uma das primeiras vezes que aconteceu tal reunião com todas as entidades. E foi uma coincidência, pois com a entrada tanto dos deputados Fernando Coruja e Dalmo Claro somos cinco médicos, ou seja, dos quarenta deputados coincidiu que estivéssemos aqui na mesma época conversando sobre esse tema que certamente é o mais importante e mais solicitado pelas pessoas em todas as partes do país.

Temos grandes desafios! Soubemos também e deveremos solicitar na próxima reunião da comissão de Saúde, a qual tive a honra de presidir ontem, com a ausência momentânea da deputada Ana Paula Lima, da situação do Hospital Universitário, o HU, que está com cem leitos desativados, o que é muita coisa. Isso representa muito em termos de atendimento médico, para uma população muito grande em torno de Florianópolis, São José e municípios vizinhos.

Certamente deveremos entrar em contato com os membros para saber o que a comissão, o que alguns deputados poderão eventualmente fazer para reativar esses leitos e fazer com que aquele hospital que forma tantos médicos no estado possa continuar esse trabalho importantíssimo que é 100% do SUS.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, dia 26, na próxima quinta-feira, teremos o Dia da Conscientização da Epilepsia. Se avaliarmos todas as pessoas que sofrem de epilepsia veremos que é uma população grande no estado, são milhares de pessoas e ainda, infelizmente, existe muito preconceito contra essas pessoas seja nos relacionamentos, seja na questão de obtenção de vagas de trabalho.

Então, tivemos essa iniciativa juntamente com a professora Kátia Link, que é a titular na UFSC,

da neurologia e da neurofisiologia para que possamos divulgar, fazer um barulho, entre aspas aqui na Assembleia Legislativa no *hall* de entrada para motivar as pessoas, e também divulgar na imprensa, fazendo enfim, todo o trabalho de conscientização, principalmente com este deputado ainda atuando nessa área de uma maneira bastante forte.

Então, tenho certeza de que no dia 26, com a colaboração também dos deputados, da imprensa e de todo aparato desta Casa e da própria universidade federal que se fará presente em peso, poderemos ter um grande dia, um belo exemplo de colaboração entre uma universidade federal e um poder do estado.

Neste sentido, semana passada tivemos uma audiência com o secretário da Saúde, dr. Murilo Capella, que estava substituindo o titular da pasta e solicitamos alguns equipamentos importantes para aquela universidade, principalmente na área neurológica, no caso um aparelho de eletromiografia, e o controle todo para se fazer através dos aparelhos para melhorar o setor de neurofisiologia, que faz com que o serviço todo de cirurgia de epilepsias esteja parado sem a presença desses equipamentos. Então, vamos agilizar de todas as maneiras para que se dê continuidade a esse trabalho tão comum de recuperação de pacientes, pois muitas vezes as drogas não funcionam, os medicamentos disponíveis, ou seja, são fármacos resistentes.

Por outro lado, vimos também no encontro com essas autoridades uma maneira de estreitarmos laços e recebermos o apoio e sugestões para matérias legais. Acho extremamente importante alguns posicionamentos no quesito do dia a dia da vida do médico, na questão salarial, nos acordos que foram feitos em 2012 e que encontram dificuldade de serem mantidos pelo atual governo do estado. Nós teremos algumas rodadas de negociação para ajudar algumas entidades.

Sr. presidente, ontem com a presença de v.exa. representando esta Casa, deputado Leonel Pavan, estivemos presentes no congresso da Fecam, no

Centrosul, e ouvimos alguns discursos. Conversamos com algumas pessoas, mas o que mais chamou atenção foi a presença do ministro das Cidades, do governo da presidente Dilma Rousseff, que falou abertamente que é contra o centralismo de Brasília. Isso nos causou espécie porque é um discurso completamente novo, que vem reforçar todos esses ares novos da necessidade de uma mudança no tratamento tributário, na justiça tributária tão apregoada hoje em dia por todos os economistas que podem pensar na manutenção dos serviços essenciais, principalmente de saúde e educação.

Dentro da comissão de Saúde e da bancada médica há uma premência, há uma necessidade absoluta de encontrarmos dispositivos legais para abriremos um canal cada vez maior e mais certo, dentro do texto constitucional, seja do estado ou da federação para que a distribuição de verbas venha de encontro ao interesse dos munícipes, porque é lá que eles vivem, e é lá que precisam dos atendimentos. É justamente lá que os prefeitos hoje em dia não encontram mais recursos suficientes para acompanhar o desenvolvimento da medicina, que cada vez está mais caro, e também para pagar os serviços disponíveis para o atendimento das várias especialidades.

Portanto, sr. presidente, venho aqui reforçar, não a minha espécie, mas uma dúvida muito grande em relação ao posicionamento do ministro, mas fiquei contente quando Gilberto Kassab, um companheiro de Câmara dos Deputados de 1989 até 2003, pertencemos inclusive a algumas comissões em conjunto e, sinceramente desejo sucesso e certamente quem sabe faremos uma visita solicitando apoio a vários municípios, conforme ele nos disse e também a todos os outros prefeitos presentes e ao próprio governador. Certamente bateremos naquela porta para trazer recursos para nossos municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - A próxima oradora inscrita é a deputada Ana Paula

Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ocupo este horário para fazer alguns esclarecimentos e informes.

Recebemos hoje, deputado Dr. Vicente Caropreso, em nosso gabinete e também na Presidência, a visita de representantes da Apae de Blumenau, a qual sua mãe foi uma das precursoras. Inclusive, já relatei que a primeira Apae em Blumenau ficava próxima à minha casa. Minha mãe mora até hoje naquele local. Eles fazem um excelente trabalho. Realmente é uma Apae que é exemplo para o estado de Santa Catarina devido à dedicação dos profissionais, dos voluntários e também da comunidade de Blumenau e região, que têm ajudado bastante.

A Apae completará 50 anos na próxima semana e será realizada uma sessão solene de homenagem na Câmara de Vereadores. Mas este Parlamento não poderá deixar de homenagear essa instituição cinquentenária e realizará também uma sessão solene com a sua assinatura e com a assinatura dos demais deputados desta Casa, para fazermos um belo evento.

Sr. presidente, estive hoje nesta Casa alguns funcionários da Apae, a presidente dessa instituição, a sra. Lorena Schmidt, a professora Ivone, para fazer a tratativa desse encaminhamento. E tenho certeza de que v.exa. vai querer participar dessa bela festa que vai acontecer no município de Blumenau.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Obrigado pelo aparte, deputada Ana Paula Lima, deputada guerreira, defensora de todo o vale do Itajaí e também do estado.

Vejo a realização dessa sessão com uma simpatia muito grande, deputada, já que a própria Apae leva o nome da minha falecida mãe, Estela Maria Caropreso, professora, batalhadora. E

certamente nós faremos uma grande sessão solene para relembrarmos todo o trabalho feito pelas pessoas que começaram esse trabalho. Mas quero, principalmente, ressaltar a importância da Apae no contexto das Apaes do estado de Santa Catarina.

Parabéns pela iniciativa.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputada.

Outro informe, sr. presidente, é que o deputado Vicente Caropreso presidiu, ontem, a comissão de Saúde e um dos temas tratados foi a nossa preocupação com relação ao hospital do município de Ibirama, onde foi feita uma reforma, sendo colocados dez leitos de UTI, a pedido de alguns parlamentares. Mas faz cinco anos que esses leitos não estão atendendo a nossa população. Claro que agora há uma iniciativa da comunidade, do governo também de privatizar, terceirizar esse atendimento à população, coisa que os funcionários do hospital, o Sindisaúde e também a comunidade não querem aceitar.

Então, na semana que vem também vai ser realizada na cidade de Ibirama, na Câmara de Vereadores, uma audiência pública para debater esse tema, a fim de saber por que esses leitos de UTI ainda não estão funcionando, ser colocado nosso posicionamento contra a privatização, a terceirização do serviço, porque é um serviço público. É um hospital público que foi todo renovado, está muito bonito, mas que há cinco anos não está funcionando.

Assim sendo, o que vale apenas salientar para os demais parlamentares no que tange aos hospitais estaduais é a nossa obrigação de participar também desse debate com a nossa comunidade.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente e srs. deputados, no restante do meu tempo, não poderia deixar de salientar que foi sancionada pela nossa presidenta Dilma Rousseff, no dia 9 de março, a Lei do Feminicídio, tipificando um homicídio qualificado e incluindo no rol de crimes hediondos. Claro que eu gostaria que isso não acontecesse, mas é importante termos

leis dessa natureza, para inibir a morte de mulheres no nosso Brasil.

A classificação do feminicídio como 'crime hediondo' impede que os acusados sejam libertados após o pagamento de fiança e estipula que a morte de mulheres por motivos de gênero seja um agravante do homicídio e aumenta as penas para as quais podem ser condenados, que poderão variar entre 12 e 30 anos.

Este é, sem dúvida, um avanço na história do nosso país. O machismo existente no Brasil tem que ser questionado, tem que ser combatido em diversas áreas. Aqui nós estamos falando de educação através das escolas, as quais têm que se atentar para esse tema através da cultura, das políticas públicas e também dos meios de comunicação, das mídias, que são imprescindíveis para debater um tema como este. O governo federal tem se dedicado a combater a violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica.

Há ainda muitos desafios. O Brasil tem leis e programas que estão sendo implementados, mas o serviço de atendimento às mulheres precisa ser expandido".

Santa Catarina, por exemplo, foi beneficiada com o empreendimento do governo federal, que é a construção, a instalação e também a manutenção da Casa Mulher Brasileira, que vai acontecer aqui na capital do nosso estado, e nós estamos cobrando agilidade do governo de Santa Catarina, para que essa instalação seja feita e construída o mais rapidamente possível. O que está emperrando, principalmente, é a deliberação de um terreno para a construção.

(Continua lendo)

"Essa lei dá uma mensagem muito clara para os perpetradores de que a sociedade identificando o feminicídio como um fenômeno específico. Esse tipo de lei tem um caráter preventivo.

Essa aprovação, sr. presidente, coloca o Brasil como um dos 16 países da América Latina que identifica esse crime com um nome próprio. E a grande vantagem é que a tipificação do feminicídio poderá aprimorar procedimentos e rotinas de

investigação e julgamento, com a finalidade coibir os assassinatos de mulheres.

O governo federal quer mudar a atual realidade e é fundamental que as mulheres se sintam seguras dentro de suas casas e em suas relações. Essas vítimas, em inúmeras vezes, são tratadas como propriedade por seus parceiros e ex-parceiros, resultado em uma cultura machista e patriarcal.

A aprovação do projeto de lei é um recado claro de que a sociedade e a Justiça não toleram a violência de gênero.

O projeto prevê ainda o aumento da pena em um terço se o crime acontecer durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, se for contra adolescente menor de 14 anos ou adulto acima de 60 anos ou ainda pessoa com deficiência e se o assassinato for cometido na presença de descendente ou ascendente da vítima.

São medidas como essas que fazem do Brasil um país mais justo e igualitário. E nos últimos 12 anos, temos experimentado um novo Brasil que luta pela minoria, que não permite a discriminação e a violência."

Claro que não gostaríamos que existissem leis dessa natureza se também não houvesse homicídios dessa natureza, se as mulheres fossem tratadas como respeito, se elas não fossem propriedade dos seus parceiros, ex-parceiros, namorados, maridos, amantes. Nós gostaríamos, sim, que as mulheres fossem tratadas igualmente.

Eu tenho certeza de que lei não é para punir, mas é para prevenir que os assassinatos de mulheres não aconteçam mais.

Era isto que tinha a relatar, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Nobre deputada Ana Paula Lima, como não posso apartear-la porque estou na Presidência, quero aqui fazer dois comentários.

O ex-deputado Julio Garcia e hoje conselheiro do Tribunal de Contas, através de um projeto de sua autoria, concedeu 1% de fundo social para as Apaes. E agora estamos encaminhando um projeto

para que se não cobre o imposto da energia para as Apaes, assim como não se cobra imposto da energia de igrejas. Então, estamos pedindo também a isenção do imposto que é do estado.

Outra questão é a do hospital de Ibirama. Quando fui governador, atendendo pleito desta Casa e também daquela comunidade e pleito de v.exa., que é uma pessoa extremamente preocupada com a região, foram entregues lá dez leitos. Eles disseram que nós inauguramos sem estar pronto, não sei, mas os leitos foram entregues. Nós entregamos leitos moderníssimos, já se passaram cinco anos e daqui a pouco eles ficarão obsoletos, deteriorados, porque são camas modernas, leitos modernos. Infelizmente, não sabemos o que está faltando para que sejam entregues definitivamente à sociedade de Ibirama esses leitos tão importantes para a saúde.

Parabéns pelo pronunciamento.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, eu queria saudar aqui o prefeito Rudimar Guth, de Tigrinhos, o vereador Gilberto Cybulski, conhecido como Beto, as lideranças do município; o vereador Isac da Costa, de Penha, que está trazendo mais uma vez aqui suas reivindicações.

Penha está sempre pedindo policiamento, segurança, cidade município de Penha que pertence à comarca de Piçarras, mas que hoje é maior que a comarca de Piçarras. Agora o Tribunal de Justiça anunciou a criação da terceira vara na comarca de Piçarras, mas na verdade o ideal era criar a comarca de Penha. Setenta por cento dos processos da comarca de Piçarras, que inclui Penha, são do município de Penha. Então, é um município grande.

Outra reivindicação que v.exa., deputado Leonel Pavan, já falou desta tribuna, diz respeito à melhoria da iluminação da TransBeto, pleito esse que vamos renovar como as nossas lideranças do município de Tigrinhos. E o Beto, que cuida da saúde lá, quer apenas estar com a ambulância boa, nova, em condições, para levar os pacientes que

precisam deslocar-se 200, 300km para ir a Chapecó, que ainda assim, é bem melhor do que ter que vir à capital, porque a distância é muito maior. Então, queria deixar esta homenagem.

Também estive com o prefeito da cidade de Penha, na semana passada, numa audiência pública para a refundação do Conseg daquele que, numa audiência bem concorrida na Câmara de Vereadores, foi novamente instalado.

Hoje pedi esse espaço para falar do aniversário de São José. Não poderia deixar de falar dessa querida cidade. Quando comecei a minha vida profissional, minha mãe lá morava. Eu vim de Canoinhas, estudei e fui para o oeste como delegado de Polícia, e a minha família saiu de Canoinhas e veio para São José. E a dona Juventina Dal Pont, minha mãe, até hoje mora em São José e é ministra na igreja de Campinas, juntamente com o padre Hélio da Cunha, que por indicação nossa, recebeu o título de comendador pelo trabalho que faz nas quartas e quintas-feiras na igreja de Campinas, sempre completamente, quando acontece as novenas da Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Todos que tem fé estão sempre participando daquela missa, daquele culto religioso, e sou padroeiro lá na festa de Santo Antônio, faço revezamento com a prefeita Adeliana Dal Pont, a quem neste momento parabenizo em nome de todos os moradores de São José. Num ano a Adeliana é festeira e no outro ano eu sou. Todos os anos participamos dos eventos, principalmente em apoio ao trabalho social, espiritual e comunitário que o padre Hélio da Cunha e todas as pessoas ligadas à igreja de Santo Antônio fazem no município.

Eu entendo que a prefeita Adeliana Dal Pont, assim como todos os moradores, merecem o nosso reconhecimento e a nossa homenagem. Sei da determinação da prefeita, da sua preocupação com as questões do município como a Saúde e Educação. O município destacou-se quando ela foi secretária da Saúde por oito anos. Ela veio de Blumenau, à época, porque tinha conhecimento na área da Saúde para fazer um bom trabalho, e foi tão eficiente que acabou ficando oito anos como secretária e

hoje é a prefeita municipal. Sabemos que é uma cidade que cresce, com muitos bairros, e nesse desenvolvimento desenfreado a administração municipal tem muito trabalho para, efetivamente, organizar o município.

Eu vi no jornal *Hora de Santa Catarina* que foi feita uma homenagem ao município enviando os repórteres para vários locais do centro histórico de São José. O jornalista Rodrigo Stipp relembrou passagens do centro histórico de São José, ponto nostálgico onde a cidade começou, meio esquecido com o tempo, em alguns momentos não tão preservados, mas é a referência da cidade. É o ponto da nostalgia dos antigos de lembrar onde tudo começou. Temos que registrar que por lá passaram Dom Pedro II, em 1845.

Janina Laurindo, que é a diagramadora do jornal, foi lá fazer a cobertura e falar da olaria Beira Mar, do trabalho lá realizado, da história, das pessoas que por lá passam, participam, e daquele bonito trabalho de preservação da história de São José.

A editora executiva, Ana Paula, foi falar da Beira Mar de São José, onde tantos josefenses hoje caminham, fazem exercícios, cuidam do corpo e da alma, porque é um lugar muito bonito.

Podemos falar de São José, de todos os bairros que temos lá, mas a Ponta de Baixo é uma referência, por isso a repórter Gabriela Wolf fez uma cobertura no referido bairro, ouviu pessoas e descreveu.

(Passa a ler.)

"A Ponta de Baixo, é um dos meus lugares favoritos em São José para relaxar, seja em um almoço de família num domingo em um dos ótimos restaurante de frente para o mar, ou simplesmente sentar em um dos banquinhos e admirar a paisagem. O bairro é pequeno e tem o seu nome pois o litoral vai mar adentro bem no final da baía de São José."

O jardim cidade de Florianópolis, foi retratado pelo Jorge Junior, subeditor de esportes.

O *Food Park*, da presidente Kennedy, foi retratado pela Celina Kleper, repórter *on-line*.

Enfim, toda a equipe fez uma matéria importante homenageando o município de São José. Então, gostaria de prestar essa homenagem a todos os moradores, até porque tive residência lá por um longo tempo e minha mãe ainda mora lá, a dona Juventina Dal Pont, da Igreja de Campinas, que deve estar nos assistindo e fica cobrando-me, às vezes - sabem como é que é mãe -, de falar de tal assunto, senão, ela liga depois.

Então, deixo a minha homenagem à minha mãe, ao meu padrasto, sr. Nicolau, e à população de São José, na pessoa da minha mãe, da prefeita Adeliana e de todos os moradores.

O nosso registro também pelo trabalho do padre Hélio da Cunha, da igreja de Santo Antônio. Parabéns, São José! Parabéns a todos os josefenses!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Nobre deputado Maurício Eskudlark, v.exa. é de São Miguel, de Balneário Camboriú e também de São José, é por toda Santa Catarina.

Gostaria também, da mesma forma, de cumprimentar aqui o Isaac Carvalho e demais companheiros da Penha, que estão reivindicando mais segurança. Nós encaminhamos também algumas questões que possam beneficiar o município de Penha. Sejam todos bem-vindos, bem como também os representantes da comunidade de Tigrinhos, que vieram reivindicar pela saúde.

Quero dar as boas-vindas a todos!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero parabenizar o município de São José, o município de Florianópolis na próxima segunda-feira, mas não podia deixar de dar os parabéns à empresa Hemmer, da minha cidade, de Blumenau, que completará amanhã 100 anos de existência. É mais uma que entra no rol das empresas centenárias no município de Blumenau.

Em 1915, o emigrante Heinrich Hemmer veio para Blumenau e ele decidiu usar o repolho como uma iguaria, sr. presidente, porque assim tal produto era usado na sua pátria, na Alemanha. E essa iguaria foi o primeiro produto da empresa Hemmer, o chucrute, que é gostoso e muito usado em todos os pratos da gastronomia alemã, principalmente na Oktoberfest.

Então, é uma empresa que tem 100 anos e ainda é uma empresa familiar. Hoje, quem está à frente dessa empresa são os netos, o Ericsson Luef, Anna Karina Luef, Christian Henrique Luef e o Alessandro Luef. São jovens que estão com uma dedicação exclusiva a essa empresa centenária e que muito nos orgulha, e não somente a cidade de Blumenau, mas o estado de Santa Catarina e o Brasil.

Então, parabéns à empresa Hemmer que completará 100 anos no dia de amanhã.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Também queremos, em nome desta Casa, registrar os cumprimentos e fazer das suas palavras, deputada Ana Paula Lima, as palavras deste Poder.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro, que tive a alegria de ter como meu secretário regional quando fui governador.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Bons tempos, deputado Leonel Pavan, também gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentar amigos que estão nos visitando, como o vereador Luiz Otávio Moretti Gamba, o Baguinha, de Bom Jardim da Serra, um vereador muito atuante naquela localidade; e também o vereador Paulo Ferrarezi, líder comunitário da cidade de Criciúma, o vereador mais bem votado naquela cidade pelo PMDB, juntamente com toda a sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Também registramos e damos as boas-vindas a esses representantes dessas duas cidades.

O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação.

Quero cumprimentar inicialmente todos os prefeitos que participam desse grande encontro da Fecam.

Em nome do prefeito Vânio Forster, de Bom Jardim da Serra, saúdo os demais prefeitos que estão aqui nas galerias. Quero cumprimentar também os prefeitos que acompanham esse trabalho em nome da vereadora Maria Júlia, do município de Bombinhas, que diuturnamente tem-se empenhado no seu trabalho legislativo, no seu trabalho de assistência social, dando apoio aos seus munícipes.

Quero ainda saudar todos os médicos de Santa Catarina em nome do presidente da Associação Catarinense de Medicina, dr. Rafael Klee de Vasconcellos; do presidente do Conselho Regional de Medicina, dr. Tanaro Pereira Bez; e do Cyro Soncini, presidente do Simesc; e do Rodrigo d'Eça Neves, presidente da Academia Catarinense de Medicina de Santa Catarina, que reclama que no computador não tem apóstrofe nem cedilha, e que, por isso ele virou Rodrigo Deca Neves.

Então, nossos cumprimentos a todos os médicos, em nome desses líderes, que ontem receberam a bancada dos médicos apresentando inúmeros questionamentos.

Destaco aqui que, em média, se observarmos as reclamações da população, 50% no mínimo de toda reclamação do serviço público, refere-se à saúde e os outros 50% são à educação, à segurança pública, ao trânsito, enfim, todas as reclamações que a população faz dizem respeito à prestação do serviço público.

Então, observamos que a metade de todas as reclamações é sobre a saúde e, justamente por isso, que o Cosemesc e a Academia de Medicina receberam os deputados médicos que querem, por

meio dos médicos daqui, fazer um *link* destacando a importância de termos várias ações que dependem de todos para melhorar a maior queixa da população que é a questão da saúde.

E quando se fala em queixa, a questão da saúde naturalmente tem muito a ver com o financiamento, com quem paga a conta. Quer dizer, a saúde está mal porque o pagador da conta é que está ruim, ou seja, paga-se mal os hospitais filantrópicos, o profissional, os procedimentos médicos, também os profissionais contratados, e isso vai gerando uma prestação de serviços com certa deficiência que ocasiona essas reclamações.

Hoje, lendo o jornal *Município Dia a Dia*, da minha cidade, vi uma matéria em que um paciente relatou que o hospital de Azambuja estava induzindo o acidentado a contratar o seguro DPVAT, sem poder optar pelo atendimento do SUS.

O caso refere-se a um acidente de moto que quebrou o braço e foi operado. Depois de ser atendido, alguém o chamou dizendo que ele deveria trazer tais documentos para fazer a cobrança na sua conta através do DPVAT. O paciente disse que iria optar pelo SUS, uma vez que não precisaria fazer nada e nem dar o nome, pois o paciente que chega ao hospital o SUS é obrigado a atendê-lo. Ele é um acidentado do trânsito, o DPVAT é obrigatório, não é opcional, se fosse opcional poderia usar ou não usar o DPVAT porque ele não pagou o DPVAT, mas ele pagou com certeza absoluta, é obrigatório.

Agora, quando alguém sofre um acidente, tem que levar um boletim de ocorrência, um documento para confirmar que, de fato, se acidentou, porque não pode ser um paciente fantasma e criar então uma cobrança que não existiu.

Então, é evidente que quem vai usar o seguro tem que preencher algum documento, isso dá certo incômodo, mas o atendimento pelo SUS não precisa nada, nem apresentar um documento e é evidente que o paciente escolherá o SUS. A indignação do cidadão foi tamanha que ele foi reclamar no maior jornal da cidade para dizer que lá no hospital o induziram a procurar o DPVAT.

Causa-me estranheza, não pelo fato ocorrido, porque as pessoas imaginam que o SUS paga o hospital, e paga mesmo! Mas pela lógica se o DPVAT é obrigatório, coloca-se no atendimento que o acidente é de trânsito, um boletim de ocorrência da polícia e, automaticamente, aquele paciente seria atendido pelo DPVAT e não pelo SUS.

Então, dá para entender que o paciente imagine que isso teria que funcionar, logicamente, sem o perturbar, até poderia ser também, mas analisemos a seguinte questão: o hospital atende acidentado pelo SUS e quem vai ficar com o dinheiro do DPVAT?

Isso induziu-me, sr. presidente, a apresentar nesta Assembleia um requerimento dirigido ao secretário da Saúde do estado para saber qual é o procedimento que o governo do estado, que a secretaria do estado, que o hospital do governo que recebe o dinheiro do SUS para se sustentar, que vem em cinco partes, sendo elas: uma do SUS e as outras do Tesouro.

Então, quando o acidentado é do DPVAT e a secretaria do estado não faz o procedimento pelo DPVAT, o que acontece? Uma parte vem do SUS, as outras quatro partes vêm do Tesouro, ou seja, vem do dinheiro de todos os catarinenses que, em vez de usar o dinheiro do seguro que o cidadão está pagando, usa o dinheiro dos catarinenses para pagar aquele procedimento.

Quero destacar que precisamos dar o procedimento e vamos dar, mas queremos saber quem é que está pagando, se é o DPVAT ou são os catarinenses novamente? Então, se todos nós somos obrigados a pagar o DPVAT, quero saber da secretaria estadual da Saúde, quando os hospitais do estado atendem pacientes acidentados de trânsito, quem é que paga a conta? É o estado? É a população catarinense ou é o seguro que a pessoa paga?

Esse é o questionamento que apresento a v. exas. A informação que tenho é que todos os procedimentos que acontecem nos hospitais públicos são bancados automaticamente pelo SUS, não se cobra da Unimed, do DPVAT.

Para encerrar, sr. presidente, apenas quero enfatizar que estou apresentando um requerimento ao secretário da Saúde do estado de Santa Catarina para que seja esclarecida a seguinte questão: acidentados do trânsito que são atendidos em hospitais públicos, quem é que paga a conta? O DPVAT ou é a secretaria estadual da Saúde? Relembrando que quando é a secretaria estadual da Saúde apenas uma parte, entre cinco, é do SUS, as outras quatro partes são pagas com o dinheiro do Tesouro do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Quero dizer que há pouco falamos das UTIs de Ibirama e quero deixar registrado que lá coloquei dez leitos, deputado Serafim Venzon, e também dez leitos em Ituporanga, e completamos 100% do exigido pela Organização Mundial da Saúde. O governador Luiz Henrique da Silveira deixou com 60%, índice fortíssimo, muito bom, e no meu período de governador, deputado Rodrigo Minotto, em apenas oito meses, colocamos 20 UTIs, sendo dez leitos em Ibirama e dez em Ituporanga.

Assim, completamos 100% do que a Organização Mundial da Saúde exige para a saúde em relação ao numero de habitantes do estado. Esse 100% deu ao governador Raimundo Colombo condições para buscar recursos internacionais para a saúde. Nós fomos o único estado do Brasil que tinha 100% de número de leitos do exigido, mas ainda é muito pouco. Apenas para esclarecimento e, certamente, faremos um pronunciamento sobre isso.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.